

ANO 41-1, 2007

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

revista portuguesa de
pedagogia

O homem planetário e os seus desafios para a educação

J.A. Zagalo-Cardoso¹ & António Sá da Silva²

Neste trabalho, propomos uma reflexão interdisciplinar sobre a identidade planetária do Homem. Identificamos três responsabilidades específicas e universais (a *Polis*, a *Pessoa* e a *Natureza*) com vista a conceber os princípios formadores do novo tipo de identidade do Homem e valorizámos os movimentos e organizações sociais, na construção de um novo *ethos* mundial.

“Deus quiz que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.”
Fernando Pessoa (1934, p51).

1. Introdução

O objectivo deste breve – e, também, prospectivo – texto interdisciplinar não é apresentar um projecto pedagógico e/ou antropológico para substituir aqueles que, indiscutivelmente, procuram responder às questões aqui suscitadas em torno do «Homem Planetário». Contentar-nos-emos – partindo de uma leitura da chamada «ética da mobilização planetária» – em apontar alguns princípios educacionais que se pensa estarem a emergir dessa nova concepção de moralidade e dos seus paradigmas fundamentais e, nesse mesmo diapasão, esperar que os mesmos possam contribuir para a reflexão e para a construção de novos projectos pedagógicos, de seus currículos e de tudo mais que se ponha à formação do novo «homem planetário» de que falamos.

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra/Portugal.

Endereço para correspondência: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Rua do Colégio Novo, 3000 Coimbra – Portugal, Telf.: 239.851.450, End. Electrónico: jazagalocardoso@fpce.uc.pt

² Faculdade de Direito Conselheiro Lafaiete da FAD de Minas Gerais /Brasil

2. O homem planetário e o novo *ethos* mundial

Antes mesmo de tocarmos o núcleo central deste trabalho, qual seja, os princípios formadores de uma «consciência planetária», um desafio se nos impõe de imediato: a que propósito serve a denominada «ética da mobilização planetária» empreendida pelos cada vez mais ousados movimentos e organizações sociais do nosso tempo?

De facto, não é desprovida de sentido a denúncia que há muito tempo vem sendo formulada por alguns filósofos da mundialidade como Boff (2000), Changeux (1997/1999), Küng (1997/1999), Lacroix (1994/1996), Nussbaum (1996/1999), e que por certo foi bem vista por Lima Vaz (1997): não há nada mais paradoxal que a nossa civilização quando a mesma é tão prodigiosamente avançada na sua técnica e tão dramaticamente indigente na sua razão ética. E, isto mesmo, aliás, há muito tempo e de outros modos, vem sendo denunciado por Jonas (1979/1995).

É para alcançar a recuperação dos referenciais éticos do nosso agir – mas de uma ética que agora se reclama numa dimensão planetária – que se tem insistido tanto num consenso, mesmo que mínimo, entre todos os povos da terra, cuja efectividade não comporta outra alternativa que não seja uma grande mobilização planetária e cuja «agenda» os movimentos e organizações sociais contemporâneos têm tentado implementar. E não há motivo para se falar aqui numa nova utopia, já que seja nas lições de Truylol y Serra (1958) de que esse esforço de construção remonta à experiência dos antigos povos orientais, seja no exemplo que nos põe Sabine (1937/1964) da oração de Alexandre em *Opis* pela união entre persas e macedónios, o projecto de uma fraternidade universal acompanha a humanidade em toda a sua história.

Pensamos que a brevidade destas considerações nos exime de discutir, aqui, a terminologia da Ética ou do *ethos*, com o esclarecimento imediato de que este é empregue, por nós, no sentido filosófico da sua matriz grega, isto é, de um conjunto de costumes que um povo consagra, pela sua repetição e pela consciência de serem necessários, ao bem da comunidade; igualmente, pensamos ser dispensável fazer qualquer consideração acerca da história e do processo emancipatório desses movimentos e organizações, mormente porque outros já o fizeram sem reparo, a exemplo Gohn (2002), Laraña (1999) e Collado (2000), este último especialmente debruçado sobre os efeitos dessa mobilização, no processo formador de uma rede de solidariedade internacional.

O que nos importa dizer, de imediato e primeiramente, é que tendo superado a desconfiança — e até mesmo a hostilidade — com a qual foram estudados, no curso

da história, esses movimentos gozam, hoje em dia, de um prestígio social nunca visto, o que pode ser verificado, em todos os segmentos da comunidade científica, inclusivamente, onde são investigados sob o ponto de vista da ética. Dizemos que esta análise é na perspectiva da ética porque diferentemente do que se vê de outros discursos como o da Sociologia, da Política, da História etc., o que particularmente importa aqui acerca da fenomenologia da mobilização planetária é saber qual a contribuição que a mesma pode dar para a recuperação do agir humano eticamente fundado. Desta forma, tão importante quanto conhecer a «agenda» dessa mobilização é saber quais os fundamentos ou os motivos que servem de impulso para os seus actores, visto que uma acção planetária somente poderá ser considerada legítima se revestida de um sentido ético que, em última instância, respeitará o sentido kantiano de que o homem haverá de ser sempre fim e nunca meio. O ponto essencial a reter é que os movimentos e as organizações sociais participam, efectivamente, na construção de um novo *ethos* mundial. No domínio dos conceitos, o primeiro conceito, o conceito matricial é a resposta — sem a qual de nada adianta falar sobre Educação —, a «o que é o Homem?». E a resposta a esse quesito já não parece poder dissociar-se mais da sua identidade planetária enquanto dimensão constitutiva.

Em segundo lugar, devemos assinalar que, analisados nessa perspectiva da ética planetária, esses movimentos e organizações se têm afirmado, na assumpção de três responsabilidades específicas constitutivas da identidade planetária do homem. A primeira com a *Polis* — a preocupação dos antigos —, cuja «agenda» traz a pretensão de renovar a *praxis* política actual, normalmente relegada a um corpo técnico que, por estar mais ao serviço de vontades políticas muito reduzidas, não raramente acaba por reproduzir a arbitrariedade e o desvio da função pública para atender aos interesses particulares. Essa preocupação define-se em duas frentes de trabalho onde a primeira insiste em recuperar o verdadeiro sentido da função pública que Platão e outros filósofos antigos souberam definir — «um serviço que se presta à comunidade» —, e com isto combater os desvios actuais dessa função, a exemplo da *Transparency International*, a organização internacional que analisa e divulga o problema da corrupção no mundo; a segunda tem em vista assumir o planeamento democrático da cidade no sentido de ali obter uma melhor qualidade de vida, a exemplo dos orçamentos participativos no Brasil e que tem chamado a atenção do mundo. Isto é o que podemos ler em Della Porta e Mény (1994), Santos (2002), assim como em Genro e Souza (1999).

A segunda preocupação é com a *Pessoa* — a preocupação da modernidade revista pelo pensamento social —, definida pelo trabalho contra a exclusão social e contra a ameaça aos direitos de protecção e promoção humanas, que vêm sendo gravemente afectadas pela globalização económica dos últimos tempos. E, acerca desta questão, muito está dito em Dussel (1998/2002), Kung (1997/1999), Combesque (1998).

Por fim mas não por último, a preocupação com a *Natureza* — a preocupação da nossa época motivada pela irracionalidade técnica da nossa civilização! —, com vista a alternativas eficientes contra a ameaça real, cada vez mais crescente, à sobrevivência humana na terra e da qual a trama do filme *Matrix* — a luta da cria contra o criador, a luta do homem contra a tirania da máquina... — pode ser um triste prenúncio. É, aliás, a temática que se vê discutida em Leroy (2003), Balesteros (1995), Serres (1990/1999), Linhares (2002). Esta recente e marcante preocupação com a *Natureza* e, dentro dela, em especial, com a *Biosfera* convoca o conjunto de «bio-paradigmas» e de valores emergentes, em torno da vida, que se afiguram da maior relevância para um novo *Ethos* mundial e para o a educação do homem planetário. Aqui se destacam a ecologia, o projecto do genoma humano e a própria bio-ética. Neste último caso, a dimensão planetária vem sendo almejada ao nível da própria Organização das Nações Unidas: a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organisation*) dispõe de uma Comissão de Bio-ética (*International Bioethics Committee*), aliás, apostada em sustentar a Declaração Bioética Universal (Fauce, 2005).

A recente preocupação com a *Biosfera* e com tudo o que rodeia a vida, nomeadamente, nos seus aspectos genéticos, proclamada aqui e ali, representa o que, por vezes, se designa como a «nova questão social». Então, como podemos entender toda esta efervescência? No fundo, mais do que a conquista de uma espécie de «bio-poder», que a modéstia de meios e de realizações tornam bem pouco provável, esta preocupação contemporânea não é se não a mais recente «linguagem do social» e, logicamente, de todos nós à escala planetária. O acolhimento e a adesão que, numa escala verdadeiramente mundial, alcançaram tanto o filme como o livro recentes de Al Gore (2006) sobre uma das maiores preocupações ecológicas dos nossos dias, o aquecimento global do planeta, em virtude do ameaçador «efeito de estufa», parecem atestar tudo quanto a propósito do consenso da preocupação com a *Natureza* (*Biosfera*) vimos dizendo até aqui.

Em síntese, a trilogia da *Polis*, da *Pessoa* e da *Natureza* parece conter as responsabilidades específicas, em que se funda a identidade planetária do homem, e, assim sendo, convocar esses aspectos transversais e, aliás, cruciais à sua educação.

3. Os princípios formadores do homem planetário

O novo homem planetário, que está em gestação, não se confunde com o *homem dos clássicos* — o homem **substância da polis**, que sendo fruto de uma excelência moral (mas também física), tinha um valor que se media, exclusivamente, pela sua dedicação ao bem-estar da Cidade (o homem como «animal político», na expressa afirmação de Aristóteles e de Cícero) —, nem com o *homem medieval* — o homem **devoto na fé**, cujo prestígio estava na dedicação aos ideais religiosos —, nem com o *homem liberal-iluminista* — o homem **individualista**, cuja expressão básica era o domínio da razão e da técnica —, nem com o *homem socialista* — o homem economicamente **planificado** e espiritualmente despojado —, muito menos com o *homem neoliberal* — o homem **desenraizado**, seja económica, seja política e culturalmente, à moda da então denominada globalização económica e que nos parece ser aquele que alguém já chamou, em curiosa metáfora biológica, «o homem-rizoma»: o homem sem raízes e sem caule. Todo este percurso pode ser feito com Jaeger (1939/1989), Manacorda (1989/2002), Mühl in Zuin et al. (1997), assim como Pourtois e Desmet (1997/1999).

Reclama-se e persegue-se, portanto, um outro paradigma para a educação em geral, qual seja aquela que, sem renunciar às conquistas do «homem-pessoa» — as conquistas de ser pessoa e respeitar o outro como pessoa como Hegel, no começo do séc. XIX, iria dizer-nos e que Neves (2002) designa, actualmente, por assimilação simultânea dos conceitos de liberdade e de responsabilidade —, sem deixar de lado o valor da individualidade e do seu *ethos* local como os filósofos da pós-modernidade não se cansam de advertir, permita ao homem de hoje reconhecer-se como membro - efectivo! - de uma comunidade universal dos povos. Por outras palavras, dir-se-á que se trata da educação para a solidariedade, fiel aos propósitos humanitários da UNESCO (2003), na prática já assumida pelos movimentos e organizações sociais, que temos vindo a referir.

Assim é que tendo delineado os propósitos e os instrumentos dessa nova concepção de educação, importa cingir tudo o que foi dito até aqui com alguns princípios pedagógicos que se haverá de reconhecer, seja na orientação dos projectos de educação que se queiram comprometer com esta causa, seja no nosso procedimento

de educadores que diariamente lidamos com o aluno e com a comunidade que legitima a nossa função.

São esses princípios pedagógicos, que passaremos em breve revista, seguidamente. E a falar do primeiro sem o qual nenhum projecto novo terá sentido: o *princípio da conversão humana*, ao modo socrático de desconfiar das nossas convicções pessoais, o que Nussbaum (1997/2001) tão bem está a fazer compreender. É que ele constitui o elemento chave de qualquer mudança, já que muitas das vezes o intelecto humano elabora grandes projectos que nunca são aplicados por um simples motivo: exigem que mudemos certas crenças e renunciemos a alguns interesses/vaidade pessoais, tarefa essa que nem sempre estamos dispostos a assumir, seja porque acreditamos poder/dever converter o mundo nas nossas próprias crenças, seja porque estejamos tragados por aquele nihilismo ético do «homem sem qualidades» de que Musil (1942/1989) nos dá notícias.

O segundo, aqui denominado princípio da *democratização do conhecimento*, deve ser compreendido na plenitude da sua extensão e na honestidade do seu sentido, já que não somente se faz importante tornar acessível o conhecimento de qualidade a todas as pessoas, mas que o mesmo esteja realmente comprometido com a compreensão do homem e dos seus problemas, medida sem a qual tal conhecimento não será nada mais que instrumento de dominação técnica e/ou ideológica.

O terceiro, e igualmente importante, é o *princípio do compromisso no cultivo da humanidade*, a saber já mesmo intuído pelos estóicos — o exemplo particular de Séneca: enquanto vivemos, enquanto estamos entre os seres humanos, cultive-mos a nossa humanidade — e que, actualmente, e mais uma vez, Nussbaum tem sabido interpretar: a educação actual deve repensar velhos (pré) conceitos como «raça», «família», «nação», «fronteiras», «inimigos»..., tudo no sentido de formar uma consciência de irmandade entre os povos, esta que é condição *sine qua non* para a celebração do banquete da paz no mundo.

Mas isto ainda não é tudo..., já que importa considerar o último que é o *princípio da complexidade ou da interdisciplinaridade*, voltado agora sobretudo àquilo que Morin (2002) claramente nos diz em *Os sete saberes necessários à educação do futuro*: na dimensão planetária actual é necessário pensar a complexidade da vida — já que o humano é um ser biopsicosociocultural complexo —, resolvendo assim o problema da fragmentação do conhecimento e ensinando as incertezas que o presente nos traz, fazendo com que se constitua uma verdadeira identidade planetária. Disto decorre, primeiramente, que todas as disciplinas de um curso específico devem

dialogar entre si e com outras de cursos diferentes — a exemplo do diálogo das Ciências do Comportamento e das Ciências da Educação com a Literatura, com a História, com a Religião, com a Ecologia, com a Biologia, com a Antropologia, etc. —, tudo para imaginar as soluções que cada uma delas daria a um determinado problema; depois, que todos os currículos e programas de curso devem contemplar as responsabilidades éticas abraçadas pelos movimentos e organizações sociais contemporâneos — a preocupação com a *Polis*, com a *Pessoa* e com a *Natureza* (destacando nela a *Bioesfera*) —, de modo que as mesmas não sejam apenas uma preocupação isolada dos professores que ministram as disciplinas especificamente voltadas para esses conteúdos; e, por último, decorre que qualquer disciplina deve adoptar uma postura antidogmática — uma crítica constante das verdades que o educador já tem à sua disposição — e histórico-comparativa — a observação de como em diversas épocas e contextos distintos, soluções distintas foram dadas, no sentido de melhor responder aos desafios ali propostos.

4. Conclusão

Neste contributo para a reflexão actual sobre a identidade planetária do homem e os princípios da sua educação, não pode deixar de esclarecer-se que o debate destas ideias é o melhor que delas podemos esperar, pois mais que nunca a humanidade precisa de pôr na mesa todas as suas esperanças e aflições se quiser mesmo garantir a própria sobrevivência. Procurámos valorizar o papel crescente dos movimentos e organizações sociais, na construção de um novo *ethos* mundial, e de reconhecer a preocupação com três responsabilidades específicas, que se afirmam estruturais à dimensão planetária do homem, a saber: a *Polis*, a *Pessoa* e a *Natureza*. É em torno dessas preocupações transversais ao homem contemporâneo de todos os continentes, latitudes e longitudes, que se afigura pertinente convocar os princípios formadores de um novo tipo de identidade do homem: a identidade planetária do homem. Sobre a validade da discussão de um projecto assim tão global frente à sua difícil mas possível concretização, chamamos ao nosso socorro ninguém menos que Platão, que para afastar qualquer desprezo pela utopia do seu projecto pedagógico, muito bem disse que nada importava se a sua Cidade existia/tinha existido/existiria em algum lugar, bastando que fosse pelas suas normas, e pelas de mais nenhum outro, que o filósofo/educador orientasse o seu comportamento. Mais resta lembrar que Paulo Freire, 2.500 anos depois, viria imortalizar a lição – e também o apelo! – de que para isto tudo não há caminhos, pois que os mesmos são feitos ao caminhar.

Bibliografia

- Ballesteros, J. (1995). *Ecologismo personalista: cuidar la naturaleza, cuidar al hombre*. Madrid: Tecnos.
- Boff, L. (2000). *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva.
- Changeux, J-P. (1999). *Uma mesma ética para todos?* (Joana Chaves, Trad.) Lisboa: Piaget. (Obra original publicada em 1997)
- Collado, Â. C. (2000). *Ciudadanía y solidaridad: las ONG de solidaridad internacional como movimiento social*. Madrid: Iepala.
- Combesque, M. A. (1998). *Introdução aos direitos do homem*. (Maria Filomena Duarte, Trad.) Lisboa: Terramar. (Obra original publicada em 1998)
- Della Porta, D, & Mény, Y. (1995). *Democracia e corrupção na Europa*. (Luís Serrão et al., Trad.) Mem Martins: Inquérito. (Obra original publicada em 1995)
- Dussel, E. (2002). *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. (Ephraim Ferreira Alves et al., Trad.) Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1998)
- Genro, T., & Souza, U. (1999). *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Fauce, T.A. (2005). Will international human rights subsume medical ethics? Intersections in the UNESCO universal bioethics declaration. *Journal of Medical Ethics*, 31,p. 173-178.
- Gohn, M.G.(2002). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gore, Al (2006). *Uma verdade inconveniente*. (Luís Filipe, Trad.). Esfera do Caos Editores: Lisboa. (Obra original publicada em 2006).
- Jaeger, W. (1989). *Paidéia: a formação do homem grego*. (Artur M. Pereira, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1939)
- Jonas, H. (1995). *El principio de responsabilidad: ensaio de una ética para la civilización tecnológica*. (Fernández Retenaga e Javier M^a, Trad.) Barcelona: Herder. (Obra original publicada em 1979)
- Küng, H. (1999). *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. (Carlos Almeida Pereira, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1997)
- Lacroix, M. (1996). *Por uma moral planetária: contra o humanicídio*. (Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva, Trad.) São Paulo: Paulinas. (Obra original publicada em 1994)
- Laraña, E. (1999). *La construcción de los movimientos sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- Leroy, J-P. (2003). Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. *Cadernos de Debate*, 6.
- Lima Vaz, H. C. (1997). *Escritos de Filosofia III: filosofia e cultura*. São Paulo: Loyola.
- Linhares, J. M. A. (2002). *A ética do continuum das espécies e a resposta civilizacional do direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Manacorda, M. A. (2002). *História da Educação: da antigüidade aos nossos dias*. (Gaetano Lo Monaco, Trad.) São Paulo: Cortez. (Obra original publicada em 1989)
- Morin, E. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. (Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya, Trad.) São Paulo: Cortez. (Obra original publicada em 1999)

- Mühl, E. H. (1997). Modernidade, racionalidade e educação: a reconstrução da teoria crítica por Habermas. In A. Soares Zuin et al., *A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação* (pp. 243 e ss.). Petrópolis: Vozes/Universidade Federal de São Carlos.
- Musil, R. (1989). *O homem sem qualidades* (L. Luft e C. Abbenseth, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1942)
- Neves, A. C. (2002). *O Direito hoje e com que sentido? O problema actual da autonomia do direito*. Lisboa: Piaget.
- Nussbaum, M. C. (1999). *Los límites del patriotismo: identidad, pertenencia y «ciudadanía mundial»* (C. Castells, Trad.). Barcelona: Paidós. (Obra original publicada em 1996)
- Nussbaum, M. C. (2001). *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*. (Juana Pailaya, Trad.) Capellades: Editorial Andrés Bello. (Obra original publicada em 1997)
- Pessoa, F. (1934). *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- Platão. (1996). *A República*. (Maria HR. Pereira, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Edição de J. Burnet, 1949)
- Pourtois, J-P., & Desmet, H. (1999). *A educação pós-moderna*. (Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva, Trad.) São Paulo: Loyola. (Obra original publicada em 1997)
- Sabine, G. H. (1964). *História das Teorias Políticas*. (Ruy Jungmann, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. (Obra original publicada em 1937)
- Santos, B. S. (2002). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Serres, M. (1999). *O contrato natural*. (Serafim Ferreira, Trad.) Lisboa: Piaget. (Obra original publicada em 1990)
- Truyol Y Serra, A. (1958). Genése et fondements spirituels de l'idée d'une communauté universelle: de la «civitas maxima» stoïcienne à la «civitas gentium» moderne. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XII, 119-176.
- UNESCO/MEC. (2003). *Educação: um tesouro a descobrir*. (José Carlos Eufrásio, Trad.) São Paulo: Cortez. (Obra original publicada em 1996)

Résumé

Dans ce travail, on a proposé une réflexion interdisciplinaire sur l'identité planétaire de l'Homme. On a identifié trois responsabilités spécifiques et universelles (la *Polis*, la *Personne* e la *Nature*) en vue concevoir les principes formateurs de ce nouveau type d'identité de l'Homme et on a enregistré le rôle des mouvements et des organisations sociaux dans la construction d'un nouveau *ethos* mondiale.

Abstract

In this work, we suggest an interdisciplinary reflection on the planetary identity of Man. We identify three specific and universal responsibilities (the *Polis*, the *Person* and the *Nature*) having in view to conceive the formation principles of the new identity of Man and we also value the social movements and organizations in the construction of the new worldwide *ethos*.